



INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR
ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO DE TOMAR

CURSO Gestão e Administração de Serviços de Saúde **ANO LECTIVO** 2012/2013

FICHA DA UNIDADE CURRICULAR

Unidade Curricular	Auditoria das Entidades Públicas		
Área científica	Contabilidades		
Classificação curricular	OBRIGATÓRIA	Ano / Semestre	3º/1º

Créditos ECTS	Horas de trabalho do aluno	Carga horária das sessões de ensino	
		Natureza Colectiva (NC)	Orientação Tutorial (OT)
5	135	TP:60	-

DOCENTES		CATEGORIA
Responsável	Bruno José Machado de Almeida	Prof. Adjunto
Teóricas-Práticas	Bruno José Machado de Almeida	Prof. Adjunto

OBJECTIVOS

Proporcionar o desenvolvimento de competências para a compreensão da importância da auditoria em geral (considerando os diversos tipos de auditoria) e da auditoria financeira em particular, bem como das condições técnicas, pessoais e legais necessárias para o exercício da profissão.

Dotar os alunos com conhecimentos gerais quanto à organização e desenvolvimento do trabalho de auditoria nas várias fases (planeamento, execução e relato), com particular enfoque na análise de risco e planeamento, na preparação e desenvolvimento do trabalho de campo, bem como na formação e transmissão a terceiros da opinião de auditoria.

Familiarizar os alunos com procedimentos específicos geralmente adoptados na auditoria às diversas áreas das demonstrações financeiras.

PROGRAMA PREVISTO

1. INTRODUÇÃO

- 1.1. Demonstrações financeiras: objectivos, componentes, utilizadores e características qualitativas.
- 1.2. Asserções subjacentes às demonstrações financeiras.
- 1.3. Conceito e importância da auditoria financeira. Outros tipos de auditoria.
- 1.4. Auditoria e fiscalização das sociedades em Portugal. Principais marcos da evolução histórica e situação actual.
- 1.5. Conceito e estrutura da certificação legal das contas.

2. NORMAS DE AUDITORIA E PROFISSÃO DE AUDITOR

- 
- 2.1. Normas nacionais e internacionais. Principais organismos emissores e estrutura.
 - 2.2. Papel da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.
 - 2.3. Obtenção da qualificação profissional.
 - 2.4. Funções dos revisores oficiais de contas.
 - 2.5. Formas de exercer a profissão. Situação em Portugal.
 - 2.6. Princípios fundamentais subjacentes à profissão.
 - 2.7. Ética e deontologia profissional. Incompatibilidades e responsabilidades dos auditores.
 - 2.8. Interesse público da profissão e a sua supervisão.
3. COMPROMISSO E PLANEAMENTO DO TRABALHO DE AUDITORIA
- 3.1. Aceitação do trabalho e delimitação de responsabilidades do órgão de gestão e dos auditores. Carta de compromisso.
 - 3.2. Diferentes fases de uma auditoria: compromisso, planeamento, execução e relato.
 - 3.3. Importância do conhecimento da entidade e do seu meio envolvente. Compreensão dos sistemas de informação e de controlo interno.
 - 3.4. Conceitos de materialidade e de risco e a sua influência na definição da estratégia de auditoria.
 - 3.5. Plano global de auditoria e programas de trabalho.
 - 3.6. Utilização do trabalho de outros auditores e peritos.
4. CONTROLO INTERNO
- 4.1. Conceito de controlo interno e sua importância para o trabalho dos auditores.
 - 4.2. Objectivos e componentes do controlo interno.
 - 4.3. Limitações do controlo interno.
 - 4.4. Formas de recolher e registar um sistema de controlo interno.
 - 4.5. Fraudes e erros.
 - 4.6. Avaliação do sistema de controlo interno e sugestões para a sua melhoria.
5. PROVA DE AUDITORIA
- 5.1. Importância da prova em auditoria.
 - 5.2. Credibilidade da prova.
 - 5.3. Procedimentos para obtenção da prova.
 - 5.4. Tipos de testes: testes de controlo e procedimentos substantivos.
 - 5.5. Selecção de amostras em auditoria. Importância e principais aspectos a considerar.
 - 5.6. Casos particulares: saldos de abertura nas primeiras auditorias e estimativas contabilísticas.
 - 5.7. Documentação da prova. Conceito, importância e organização.
6. AUDITORIA ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E OUTROS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS
- A abordagem a efectuar para cada uma das áreas envolve os pontos seguintes:
- a) Revisão dos principais aspectos de natureza contabilística.
 - b) Medidas de controlo interno.
 - c) Objectivos e procedimentos de auditoria.
 - d) Programa de auditoria.
- Áreas a abordar:
- 6.1. Meios financeiros líquidos.
 - 6.2. Compras de bens e serviços, pessoal e dívidas a pagar.
 - 6.3. Inventários e custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.
 - 6.4. Investimentos não financeiros.
 - 6.5. Investimentos financeiros.
 - 6.6. Vendas, prestações de serviços e dívidas a receber.
 - 6.7. Acréscimos e diferimentos.
 - 6.8. Provisões.

- 6.9. Capital próprio.
7. CONCLUSÃO DA AUDITORIA
- 7.1. Acontecimentos subsequentes.
 - 7.2. Declaração do órgão de gestão.
 - 7.3. Ajustamentos e reclassificações.
 - 7.4. Apreciação da forma como são apresentadas as demonstrações financeiras.
 - 7.5. Revisão global do trabalho.
8. RELATO EM AUDITORIA
- 8.1. Importância do relatório para a produção dos efeitos da auditoria.
 - 8.2. Certificação legal das contas: objectivos e modelo.
 - 8.3. Tipos de opinião em auditoria.
 - 8.4. Declaração de impossibilidade de certificação legal das contas.
 - 8.5. Outros relatórios e pareceres de auditoria.

BIBLIOGRAFIA

- Auditing and Assurance Services: An Integrated Approach – Alvin A. Arens, Randal J. Elder and Mark S. Beasley - Ed. Prentice Hall – 13ª edição 2009.
- Auditoria e sociedade – Diferença de expectativas – B. Machado de Almeida, 2005, Publisher Team.
- Auditoria Financeira - Teoria e prática - Carlos Baptista da Costa - Ed. Rei dos Livros – 9ª edição 2010.
- Casos Práticos de Auditoria Financeira – Carlos Baptista da Costa e Gabriel Correia Alves – Ed. Rei dos Livros – 6ª edição 2011.
- Código das Sociedades Comercias.
- Código dos Valores Mobiliários e Regulamentos da CMVM.
- Código e Regulamento do Registo Comercial.
- Elementos de Contabilidade Geral - António Borges, Azevedo Rodrigues e Rogério Rodrigues – Áreas Editora – 25ª Edição 2010.
- Handbook of International Auditing, Assurance and Ethics Pronouncements – Ed. International Federation of Accountants (IFAC).
- Linhas directrizes europeias relativas à aplicação das Normas de auditoria da INTOSAI – Tribunal de Contas Europeu.
- Manual do Revisor Oficial de Contas - Edição da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.
- Normas de Auditoria da INTOSAI.
- Normas Internacionais de Relato Financeiro – Ed. International Accounting Standards Board
- Sistema de Normalização Contabilística.
- Teoría y Práctica de la Auditoria – Concepto y metodología – José Luís Sánchez Fernández de Valderrama – Ed. Pirámide (Madrid).

WEBGRAFIA

- www.cvm.pt
- www.cnsa.pt
- www.eca.europa.eu
- www.ifac.org
- www.intosai.org
- www.oroc.pt

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Avaliação Contínua	<p>A avaliação terá em atenção a participação contínua dos alunos nas actividades da unidade curricular, incluindo a realização de três frequências. A nota mínima em cada frequência é de 7 valores, o aluno que, em qualquer frequência, tirar uma nota inferior a 7 valores considera-se reprovado.</p> <p>A participação contínua nas actividades lectivas implica a assistência a, pelo menos, 70% das aulas.</p> <p>Os alunos que, na média aritmética das três frequências, não atingirem classificação igual ou superior a 10 valores serão admitidos a exame.</p>
Avaliação Periódica	<p>Os alunos que não obtiverem aprovação nos termos anteriores e todos os restantes que reunirem condições de admissão a exame face às normas em vigor na Escola, efectuarão provas escritas com questões teóricas e práticas nas respectivas épocas de exame.</p>
Avaliação Final	<p>Serão aprovados os alunos que obtiverem classificação igual ou superior a 10 valores nas respectivas provas escritas, sendo os restantes considerados como reprovados.</p>

OBSERVAÇÕES

HORÁRIO DE ORIENTAÇÃO TUTORIAL

Dia	Horário	Local
-----	---------	-------

Docente: Bruno J. Maciel & A.A., P. P. A. +

Tomar, 16 de Setembro de 2012